

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2016

(Da Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana - MG)

Solicita informações ao Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Costa e Castro, quanto às ações relativas à proteção da saúde das populações afetadas pelo desastre da barragem da Samarco Mineração em Mariana/MG.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Costa e Castro, quanto às ações relativas à proteção da saúde das populações afetadas pelo desastre da barragem da Samarco Mineração em Mariana/MG, em especial:

- os estudos realizados pelo Ministério, de levantamento dos impactos da lama no rio Doce sobre a saúde das populações ribeirinhas, aí incluídas as comunidades indígenas;
- o levantamento de pessoas doentes em decorrência do desastre de Mariana, ao longo da bacia do rio Doce, os tipos de doenças encontradas, apresentando-se os dados por Município atingido;
- os levantamentos sobre a potabilidade da água ofertada às populações afetadas, em especial no que diz respeito à presença de patógenos e de metais pesados e ferro, e, se confirmada a presença desses componentes, os impactos sobre a saúde humana;
- as análises quanto ao risco de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, principalmente em razão da mortandade ocorrida com seus predadores naturais nas regiões atingidas, e as medidas adotadas para o seu controle;
- as providências encaminhadas pelo Ministério da Saúde, relativamente ao desastre em questão;

- o atendimento às famílias desabrigadas e às que perderam algum de seus membros, no que diz respeito à saúde mental e psicológica;
- as cópias de laudos que esse Ministério tenha efetuado na bacia do rio Doce, em decorrência do desastre de Mariana/MG; e
- as sugestões de procedimentos necessários ao restabelecimento da normalidade quanto ao abastecimento de água e à saúde pública.

A Comissão também gostaria de ouvir sugestões do Ministério da Saúde para a melhor adequação da legislação referente à saúde pública na gestão de desastres.

Esclareço que as informações solicitadas decorrem da aprovação do Relatório nº 1, de 2015, pelo Plenário desta Comissão externa, na reunião ordinária do dia 16 de dezembro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O desastre ocorrido no Município de Mariana, em Minas Gerais, no dia 5 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, deixou, conforme dados divulgados até o presente, quinze mortos e seis desaparecidos, mais de seiscentas pessoas desabrigados, o distrito de Bento Rodrigues totalmente destruído, diversas outros povoados e cidades invadidas pela lama, comunidades indígenas atingidas, várias cidades da bacia do rio Doce com abastecimento de água interrompido e bens histórico-culturais perdidos. O desastre trouxe severos impactos econômicos para Mariana e outros Municípios da bacia do rio Doce situados a jusante da barragem.

Acrescentem-se, ainda, os impactos de valor incalculável sobre os ecossistemas naturais, entre os quais a mortandade de peixes e a imediata perda de biodiversidade ao longo do rio Doce, a destruição de áreas de preservação permanente, o impacto em unidades de conservação, o risco de desaparecimento de espécies endêmicas na bacia, como o surubim-do-doce, a poluição e o assoreamento do rio e os impactos sobre a foz do rio Doce e a região marinha próxima a ela. A situação é dramática, os impactos ainda

estão ocorrendo e não se tem ideia do que poderá ser recuperado, qual o custo dessa recuperação e em quanto tempo isso será possível.

As causas dessa tragédia ainda não foram esclarecidas, estando as investigações em andamento, mas já é certo que esse é o maior desastre ambiental do Brasil moderno e um dos maiores do mundo.

Todos esses problemas afetam diretamente a saúde da população, pois, além da perda de vidas humanas, houve o rompimento do abastecimento de água e o retorno posterior desse serviço com água de baixa qualidade. As cidades e povoados a jusante sofreram inundações, o que aumenta o risco de proliferação de mosquito e outros agentes patogênicos. Acrescem-se, ainda, os impactos psicológicos que um desastre desse porte acarreta, não apenas para os diretamente atingidos e que perderam praticamente tudo o que possuíam, mas para a população em geral da bacia do rio Doce, tendo em vista que o derramamento da lama afetou os ecossistemas locais, a economia da região e a prestação de serviços em geral.

Diversas ações estão sendo desenvolvidas por órgãos federais, dos governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e das Prefeituras afetadas, além de grupos voluntários.

O requerimento de informações ora apresentado visa subsidiar a Comissão Externa do Rompimento da Barragem na Região de Mariana/MG (CEXBARRA) no acompanhamento das ações e análises realizadas pelos órgãos públicos, tendo em vista contribuir para que o restabelecimento da normalidade na região ocorra o mais rapidamente possível.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado SARNEY FILHO

Coordenador da Cexbarra